



PREGÃO ELETRÔNICO: N.º 007/2026		PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 044/2026	
LOCAL DA DISPUTA (PLATAFORMA ELETRÔNICA): www.licitanet.com.br			
OBJETO			
Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa visando o fornecimento de Gêneros Alimentícios em geral (Lote 01 – Alimentos Básicos; Lote 02 – Farináceos e Derivados de Milho e Trigo; Lote 03 – Biscoitos, Bolos e Panificados Industrializados; Lote 04 – Condimentos, Enlatados, Laticínios e Ingredientes Diversos; Lote 05 – Bebidas; Lote 06 – Alimentos Infantis, Fórmulas e Suplementos Nutricionais; Lote 07 – Pães; Lote 08 – Água Mineral; Lote 09 – Doces e Itens para Eventos), para atender Todas as Secretarias do Município de Barra do Choça, dentro dos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência, estabelecidas neste Edital e seus anexos.			
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/05/2026 às 09h00min (horário de Brasília).			
DATA DA DISPUTA DE PREÇOS: 05/05/2026 às 09h00min (horário de Brasília).			
REGISTRO DE PREÇOS	VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	TIPO DE LICITAÇÃO
SIM	NÃO	TERMO DE CONTRATO	LOTE
PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS MEI/ME/EPP		RESERVA COTA ME/EPP	CADASTRO RESERVA SIM
SIM		SIM	SIM
OBSERVAÇÕES GERAIS			
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO MODO DE DISPUTA: ABERTO			
Informações: licitacao@barradochoca.ba.gov.br			
Diário Oficial / Licitações: Prefeitura de Barra do Choça-Bahia (barradochoca.ba.gov.br)			
PNCP:			
Fundamento: Art. 28, Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021			
FABIO SANTOS PRADO Pregoeiro			
PORTARIA Nº 003 DE 05 DE JANEIRO DE 2026.			



EDITAL

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA-BA, por intermédio do Pregoeiro, designado pela PORTARIA Nº 003/2026, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa visando o fornecimento de Gêneros Alimentícios em geral (Lote 01 – Alimentos Básicos; Lote 02 – Farináceos e Derivados de Milho e Trigo; Lote 03 – Biscoitos, Bolos e Panificados Industrializados; Lote 04 – Condimentos, Enlatados, Laticínios e Ingredientes Diversos; Lote 05 – Bebidas; Lote 06 – Alimentos Infantis, Fórmulas e Suplementos Nutricionais; Lote 07 – Pães; Lote 08 – Água Mineral; Lote 09 – Doces e Itens para Eventos), para atender Todas as Secretarias do Município de Barra do Choça, dentro dos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência, estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada por lote único devido aos itens de composição do lote obrigatoriamente devem ser inseridos em um mesmo lote para não inviabilizar a execução contratual, pois um item depende do outro, conforme tabela constante no Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que se cadastrarem no Sistema de www.licitanet.com.br, plataforma hospedeira do pregão eletrônico deste município.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Barra do Choça



Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

CNPJ/MF n.º 13.906.789/0001-96

- 3.3.1.A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.5. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 3.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
 - 3.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 3.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser



observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

- 3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.5.2 e 3.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.9. O disposto nos itens 3.5.2 e 3.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.11. A vedação de que trata o item 3.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta



vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.



- 4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor unitário, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de



Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1.O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3.Caso o critério de julgamento seja o de menor preço por item, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (zero vírgula zero um)



- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O pregoeiro poderá com base na IN73/22 art. 21 §4º, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.12. **Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte



participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;



- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a solicitação da documentação de habilitação:
- 7.2. Caso conste a Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).



- 7.2.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.2.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.3.1 e 4.4 deste edital.
- 7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.5.1.contiver vícios insanáveis;
 - 7.5.2.não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.5.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.5.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.5.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7. Para esse objeto específico será considerado inexequível quando a taxa apresentado for negativa e não podendo ser comprovado sua exequibilidade com a planilha de composição de custos, que será solicitada em até 02 (duas) horas no sistema.
- 7.7.1.A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta do arrematante, através da planilha de composição de custos unitários, no prazo de até 02 (duas) horas.
- 7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.



- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12. O local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, será conforme descrito no termo de referência, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Apresentar CNAE compatível com o objeto da licitação.

8.1.2. A documentação de habilitação será solicitada pelo pregoeiro o envio no prazo máximo de até 02 (duas horas), somente do arrematante, no campo HABILITANET do sistema do pregão eletrônico.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.3. Registro comercial ou documento equivalente, no caso de empresário individual;

8.1.4. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



- 8.1.6. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.1.7. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.1.8. documento de identificação do proprietário ou dos sócios da empresa licitante.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 8.1.9. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante apresentação do cartão do CNPJ, extraído da internet;
- 8.1.10. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, do domicílio ou da sede da licitante, relativo à atividade objeto do certame;
- 8.1.11. Alvará de funcionamento da empresa licitante, dentro do prazo de validade;
- 8.1.12. prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- 8.1.13. prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- 8.1.14. é prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão de débitos relativos à créditos tributários e dívida ativa da união - CND, conforme Portaria 1.751, de 02/10/14 - SRCB/PGFN;
- 8.1.15. Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.1.16. comprovação de situação regular junto aos cadastros da administração pública, mediante apresentação da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;
- 8.1.17. comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas obtidas no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>;
- 8.1.18. comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, disponível no endereço eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.
- 8.1.19. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo fixado, deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.



- 8.1.20. As ME/EPP deverão apresentar Declaração de Enquadramento, como também toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43 da LC nº 123/06.
- 8.1.21. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de ME/EPP será assegurado a estas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação e apresentação de novas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.1.22. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- 8.1.23. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem “8.12.1”, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, sendo facultado à administração convocar as licitantes remanescentes para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.1.24. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:
- 8.1.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- 8.1.26. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 8.1.27. Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, poderá essas apresentar o extrato do Simples Nacional do ano 2025 (mês a mês) em substituição ao balanço.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 8.1.28. **Comprovação de aptidão** do desempenho de atividade pertinente e compatível em características similares com o objeto da licitação, através da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que atenda as características do objeto.

OUTROS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:

- 8.1.29. Sob pena de inabilitação a licitante deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:



- 8.1.30. Declaração de Desimpedimento de Licitar, através da qual assevera, sob as penas lei:
- 8.1.31. que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas;
 - 8.1.32. que não existe fato impeditivo à sua habilitação nesta licitação, inclusive quanto as hipóteses de impedimento previstas no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 8.1.33. que não possui entre seus proprietários, nenhum agente público ou agente político do Município de Barra do Choça - Ba;
 - 8.1.34. que dispõe de condições e disponibilidade de pessoal para executar o objeto desta licitação, caso seja vencedora;
 - 8.1.35. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
 - 8.1.36. que tomou conhecimento de todas as informações relacionadas à este certame, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade do objeto, garantindo o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias;
 - 8.1.37. que cumpre todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal;
 - 8.1.38. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
 - 8.1.39. que cumpre, em sua integralidade, os dispositivos da Lei Federal nº. 9854/99 e do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, no que se refere ao trabalho de menores.
 - 8.1.40. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:
 - 8.1.41. se o proponente for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
 - 8.1.42. se o proponente for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos



exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou assinatura digital.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - 8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
 - 8.9.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 8.10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - 8.10.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.11. A verificação da exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.



- 8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.11.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.12.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.12.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo no prazo de até 02 duas horas.
- 8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.17. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:



- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
 - 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
 - 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.



- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [ENDEREÇO ELETRÔNICO].

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.



- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitanet.com.br e por licitacao@barradochoca.ba.gov.br
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [\[https://barradochoça.ba.gov.br/editais/\]](https://barradochoça.ba.gov.br/editais/).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

14.11.2. ANEXO II – Proposta de Preços

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

14.11.4. ANEXO IV – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.11.5. ANEXO V – MODELO DE CADASTRO RESERVA



Estado da Bahia

Prefeitura Municipal de Barra do Choça

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

CNPJ/MF n.º 13.906.789/0001-96

Barra do Choça – BA, 13 de abril de 2026.



OBERDAM ROCHA DIAS

Prefeito Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

Constitui o objeto do presente Termo de Referência a abertura de processo visando o fornecimento de Gêneros Alimentícios em geral (Lote 01 – Alimentos Básicos; Lote 02 – Farináceos e Derivados de Milho e Trigo; Lote 03 – Biscoitos, Bolos e Panificados Industrializados; Lote 04 – Condimentos, Enlatados, Laticínios e Ingredientes Diversos; Lote 05 – Bebidas; Lote 06 – Alimentos Infantis, Fórmulas e Suplementos Nutricionais; Lote 07 – Pães; Lote 08 – Água Mineral; Lote 09 – Doces e Itens para Eventos), para atender Todas as Secretarias do Município de Barra do Choça, dentro dos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA ESPECIFICAÇÃO:

Nº	ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 01						
1	Açúcar cristal	Açúcar cristal acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	15.250	KG	R\$ 5,42	R\$ 82.655,00
2	Açúcar refinado	Açúcar refinado acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	11.000	KG	R\$ 5,65	R\$ 62.150,00
3	Açúcar refinado branco	Acucar refinado branco, em sachê individual de 5 à 8 grs caixa com 400 unidades	81	CX	R\$ 35,95	R\$ 2.911,95
4	Arroz branco tipo 1	Arroz branco tipo 1, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	2.385	KG	R\$ 7,14	R\$ 17.028,90
5	Arroz integral	Arroz integral- acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	630	KG	R\$ 7,81	R\$ 4.920,30
6	Arroz parboilizado	Arroz parboilizado, classe longo fino, tipo 1, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	10.860	KG	R\$ 7,32	R\$ 79.495,20
7	Farinha de mandioca amarela	Farinha de mandioca amarela acondicionada em embalagem plástica de 01 kg.	1.010	KG	R\$ 6,14	R\$ 6.201,40
8	Farinha de Mandioca	Farinha de Mandioca, seca, fina, branca, tipo, acondicionada em embalagem plástica de 01 kg.	2.380	KG	R\$ 5,30	R\$ 12.614,00
9	Feijão carioquinha, tipo 01	Feijão carioquinha, tipo 01, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	9.480	KG	R\$ 6,70	R\$ 63.516,00



10	Feijão fradinho, tipo 01	Feijão fradinho, tipo 01, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	2.860	KG	R\$ 9,59	R\$ 27.427,40
11	Feijão preto, tipo 01	Feijão preto, tipo 01, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	2.020	KG	R\$ 9,87	R\$ 19.937,40
12	Grão de bico	Grão de bico, embalagem plástica de 500 gramas de primeira qualidade, obedecendo às normas sanitárias	770	PCT	R\$ 9,01	R\$ 6.937,70
13	Macarrão para lasanha	Macarrão para lasanha, acondicionado em embalagem plástica de 500grs.	960	PCT	R\$ 6,52	R\$ 6.259,20
14	Macarrão tipo espaguete	Macarrão tipo espaguete, acondicionado em embalagem plástica com 500 gramas.	4.870	PCT	R\$ 4,09	R\$ 19.918,30
15	Macarrão tipo parafuso	Macarrão tipo parafuso, acondicionado em embalagem plástica, contendo 500 gramas.	3.960	PCT	R\$ 5,27	R\$ 20.869,20
16	Massa para sopa	Massa para sopa 500g - macarrão tipo sopa - massa instantânea, formato concha; ingredientes: sêmola de trigo, para sopa. O produto deverá apresentar . validade mínima de 6 meses da entrega. pacote 500g	2.035	PCT	R\$ 5,95	R\$ 12.108,25
17	Óleo de Girassol	Óleo de Girassol: o produto deverá estar de acordo com as normas sanitárias. Embalagem primaria: frasco de 900ml; lacrado; intacto, resistente, transparentes, atóxicos; sem amassamento e vazamento.	780	UND	R\$ 15,69	R\$ 12.238,20
18	Óleo refinado de soja	Óleo refinado de soja, sem conservantes, acondicionados em garrafas plásticas de 900ml.	2.410	UND	R\$ 11,80	R\$ 28.438,00
19	Sal iodado refinado	Sal iodado refinado, embalagem de 01kg.	695	KG	R\$ 1,22	R\$ 847,90
20	Sal Grosso	Sal Grosso, embalagem de 500g.	67	KG	R\$ 7,16	R\$ 479,72
21	Tapioca em grão	Tapioca em grão 1kg	620	UND	R\$ 11,87	R\$ 7.359,40
VALOR DO LOTE 01						R\$ 494.313,42

LOTE 02

1	Farinha de goma peneirada	Farinha de goma peneirada, acondicionada em embalagem plástica de 01 kg.	580	KG	R\$ 11,03	R\$ 6.397,40
2	Farinha de milho para cuscuz	Farinha de milho para cuscuz, acondicionados em embalagens de papel com 500grs.	1.500	PCT	R\$ 2,84	R\$ 4.260,00
3	Farinha de trigo com fermento	Farinha de trigo com fermento, acondicionado em embalagem de 01 kg.	1.080	KG	R\$ 6,75	R\$ 7.290,00
4	Farinha de trigo sem fermento	Farinha de trigo sem fermento, acondicionado em embalagem de 01 kg.	550	KG	R\$ 6,03	R\$ 3.316,50



5	Fubá de milho	Fubá de milho, acondicionado em embalagens plástica com 500grs.	610	PCT	R\$ 3,35	R\$ 2.043,50
6	Fubá em flocos tipo flocão	Fubá em flocos tipo flocão pré-cozido tradicional obtido do processamento tecnológico adequado, de grãos de milho, sadios, limpos, germinados, pré-cozido e seco por processo adequado, com aspecto, cor, odor e sabor próprios, isento de sujidades, parasitos e larvas, bem como de umidades, fermentações ou ranço, embalado em saco de papel impermeável, reembalado em papel com 500 gramas.	1.260	PCT	R\$ 3,45	R\$ 4.347,00
7	Milho desolhado	Milho vermelho desolhado, tipo 01 para canjica, acondicionado em embalagem plástica de 250grs.	1.690	PCT	R\$ 5,52	R\$ 9.328,80
8	Milho vermelho para pipoca	Milho vermelho para pipoca, tipo 01, acondicionado em embalagem plástica de 250 grs.	1.060	PCT	R\$ 4,89	R\$ 5.183,40
VALOR DO LOTE 02						R\$ 42.166,60
LOTE 03						
1	Biscoito (tipo bolacha) de sal	Biscoito (tipo bolacha) de sal em embalagem plásticas de 400 grs, cada caixa contendo 20 pacotes.	950	CX	R\$ 112,98	R\$ 107.331,00
2	Biscoito (tipo bolacha) de sal INTEGRAL	Biscoito (tipo bolacha) de sal INTEGRAL em embalagem plásticas de 400 grs, cada caixa contendo 20 pacotes. (INTEGRAL).	256	CX	R\$ 129,91	R\$ 33.256,96
3	Biscoito (tipo bolacha) doce (maisena) zero lactose	Biscoito (tipo bolacha) doce (maisena) zero lactose - acondicionado em embalagem plástica, dupla com 400grs.	91	CX	R\$ 113,78	R\$ 10.353,98
4	Biscoito (tipo bolacha) doce	Biscoito (tipo bolacha) doce (maisena, coco, manteiga e leite) acondicionado em embalagem plástica, dupla com 400grs.	730	CX	R\$ 122,98	R\$ 89.775,40
5	Biscoito de goma tipo avoador	Biscoito de goma tipo avoador (polvilho, creme de milho, creme vegetal, sal, ovo e queijo.) acondicionados em embalagem plásticas de 01 kg.	2.470	KG	R\$ 31,63	R\$ 78.126,10
6	Biscoito de leite, (tipo rosquinha)	Biscoito de leite, (tipo rosquinha) acondicionados em embalagem plástica de 400 grs.	3.440	PCT	R\$ 5,79	R\$ 19.917,60
7	Biscoito salgado apresentação retangular	Biscoito salgado apresentação retangular, de 1ª qualidade, tendo como referencia club social, pit stop ou similar, caixa com 36 pacotes, em embalagem de aproximadamente 144 g, contendo 6 mini-pacotes de 24 grs.	771	CX	R\$ 169,82	R\$ 130.931,22



8	Biscoito recheado	Biscoito recheado, sabor morango ou chocolate, acondicionada em embalagem plásticas de 120grs	630	UND	R\$ 3,78	R\$ 2.381,40
9	Mini bolo de 40g	Mini bolo de 40g, com recheio sendo de sabores diversos, validade mínima de 6 meses, contados da data de entrega, REFERÊNCIA: Bauducco, SevenBoys ou equivalente – caixa com 16 unidades de 40 grs.	1.340	CX	R\$ 40,41	R\$ 54.149,40
VALOR DO LOTE 03						R\$ 526.223,06
LOTE 04						
1	Achocolatado em pó 400g	Achocolatado em pó 400g	1.540	PCT	R\$ 8,58	R\$ 13.213,20
2	Achocolatado em pó 1 kg	Achocolatado em pó 1 kg	665	KG	R\$ 10,12	R\$ 6.729,80
3	Sachê de adoçante sucralose de 5 à 6 grs	Sachê de adoçante sucralose de 5 à 6 grs, caixa com 1000 unidades	45	CX	R\$ 37,89	R\$ 1.705,05
4	Adoçante dietético	Adoçante dietético acondicionado em garrafa plástica, cada embalagem contendo 100ml.	332	UND	R\$ 9,90	R\$ 3.286,80
5	Ameixa em caldas	Ameixa em caldas, enlatada, embalagem contendo 850grs.	260	UND	R\$ 30,22	R\$ 7.857,20
6	Ameixa seca	Ameixa seca, sem caroço, embalagem contendo 500 grs.	260	PCT	R\$ 23,31	R\$ 6.060,60
7	Amendoim cru sem casca	Amendoim cru sem casca, pacote 500 grs.	315	UND	R\$ 9,84	R\$ 3.099,60
8	Amido de milho	Amido de milho, acondicionado em embalagem de 200 grs.	605	UND	R\$ 4,53	R\$ 2.740,65
9	Aveia em flocos finos	Aveia em flocos finos, acondicionado em embalagem de 450 grs.	790	UND	R\$ 6,91	R\$ 5.458,90
10	Azeite de dendê 500 ml.	Azeite de dendê 500 ml.	140	UND	R\$ 9,85	R\$ 1.379,00
11	Azeite de dendê unidade de 1 litro.	Azeite de dendê unidade de 1 litro.	105	UND	R\$ 13,60	R\$ 1.428,00
12	Azeite de oliva	Azeite de oliva, acondicionado em garrafas de vidro cada embalagem contendo 500 ml.	410	UND	R\$ 40,77	R\$ 16.715,70
13	Azeite de oliva	Azeite de oliva, acondicionado em garrafas de vidro cada embalagem 1 litro.	203	UND	R\$ 46,85	R\$ 9.510,55
14	Azeitonas verdes enlatada, sem caroço	Azeitonas verdes enlatada, sem caroço, cada embalagem contendo 250grs.	1.410	UND	R\$ 5,73	R\$ 8.079,30
15	Azeitonas verdes enlatada, sem caroço	Azeitonas verdes enlatada, sem caroço, cada embalagem contendo 1 kg.	133	KG	R\$ 28,97	R\$ 3.853,01
16	Caldo de carne	Caldo de carne, acondicionado em embalagens de papel, caixa com 24 unidades.	77	CX	R\$ 26,34	R\$ 2.028,18



17	Caldo de galinha	Caldo de galinha, acondicionado em embalagens de papel, caixa com 24 unidades.	62	CX	R\$ 26,89	R\$ 1.667,18
18	Caldo de Galinha	Caldo de Galinha – Matéria prima, limpas e de boa qualidade; constituído basicamente de carne de galinha desidratada, liofilizado, sal, amido de milho, gordura vegetal, condimentos, podendo conter corante natural, em embalagem metalizada de 1 kg	52	KG	R\$ 20,56	R\$ 1.069,12
19	Cereja em calda	Cereja em calda, enlatada, embalagem contendo 01kg.	54	UND	R\$ 98,55	R\$ 5.321,70
20	Chocolate granulado	Chocolate granulado acondicionado em embalagem plástica, contendo 100grs.	270	UND	R\$ 5,58	R\$ 1.506,60
21	Coco ralado desidratado	Coco ralado desidratado, acondicionados em embalagens plásticas, cada embalagem contendo 100 grs.	670	PCT	R\$ 7,41	R\$ 4.964,70
22	Coco ralado fresco	Coco ralado fresco, acondicionados em embalagens plásticas, cada embalagem contendo 160grs.	735	PCT	R\$ 9,62	R\$ 7.070,70
23	Cominho em pó	Cominho em pó, acondicionado em embalagem plástica, cada embalagem contendo 200 grs.	71	PCT	R\$ 9,68	R\$ 687,28
24	Corante em pó	Corante em pó, acondicionado em embalagem plástica, cada embalagem contendo 200 grs.	121	PCT	R\$ 8,95	R\$ 1.082,95
25	Creme de cebola	Creme de cebola, para preparos de carnes e sopas em geral, embalagem com 500 grs.	279	PCT	R\$ 22,49	R\$ 6.274,71
26	Creme de chantilly	Creme de chantilly para cobertura de bolos e confecção de doces , acondicionado em embalagens de 01 litro.	171	UND	R\$ 32,89	R\$ 5.624,19
27	Creme de chantilly	Creme de chantilly para cobertura de bolos e confecção de doces , acondicionado em embalagens de 200 ml	86	UND	R\$ 10,03	R\$ 862,58
28	Creme de leite	Creme de leite embalagem tetra 200grs	2.654	UND	R\$ 5,90	R\$ 15.658,60
29	Cremogema	Cremogema, acondicionados em embalagens de 200 grs.	236	UND	R\$ 5,49	R\$ 1.295,64
30	Doce de goiaba tipo (goiabada)	Doce de goiaba tipo (goiabada) acondicionados em embalagens plásticas de 01kg	296	UND	R\$ 21,51	R\$ 6.366,96
31	Ervilha enlatada	Ervilha enlatada, embalagem contendo 170grs	590	UND	R\$ 5,82	R\$ 3.433,80
32	Extrato de tomate	Extrato de tomate, acondicionado em copos de 190grs.	2.840	UND	R\$ 5,15	R\$ 14.626,00
33	Fermento biológico Fresco	Fermento biológico Fresco, para confecção de bolos e pães, embalagem em tablete de 500 grs.	223	TBL	R\$ 23,49	R\$ 5.238,27



34	Fermento seco em pó	Fermento seco em pó, acondicionado em embalagem plástica com 200grs.	278	UND	R\$ 9,74	R\$ 2.707,72
35	Figo em calda	Figo em calda, enlatado, embalagem contendo 850grs.	49	UND	R\$ 20,11	R\$ 985,39
36	Folha de louro	Folha de louro, acondicionados em embalagem plástica de 100grs.	225	UND	R\$ 3,55	R\$ 798,75
37	Gelatina sem sabor	Gelatina sem sabor, acondicionado em saquinhos plásticos, contendo 20grs.	590	UND	R\$ 4,39	R\$ 2.590,10
38	Gelatina, sabores variados	Gelatina, sabores variados, embalados em caixas de 20grs	1.640	UND	R\$ 3,37	R\$ 5.526,80
39	Leite condensado	Leite condensado, embalagem tetra de 395grs	2.630	UND	R\$ 8,61	R\$ 22.644,30
40	Leite de coco homogêneo	Leite de coco homogêneo, acondicionado em embalagem de vidro com 200 ml e caixa contendo 24 unidades.	229	CX	R\$ 89,53	R\$ 20.502,37
41	Maionese acondicionada em potes plásticos	Maionese acondicionada em potes plásticos, cada embalagem contendo 500grs	925	UND	R\$ 9,25	R\$ 8.556,25
42	Manteiga com sal	Manteiga com sal, pote com 500 grs	1.002	UND	R\$ 36,29	R\$ 36.362,58
43	Margarina vegetal com sal	Margarina vegetal com sal, cremosa com 70% de lipídio pote com 500grs	2.253	UND	R\$ 8,80	R\$ 19.826,40
44	Mel de Abelha	Mel de Abelha: Características gerais: 100% puro de primeira qualidade, Produto natural elaborado por abelhas a partir de néctar de flores, obedecendo às normas referentes à vigilância sanitária e Embalagens de Plástico de 500 grs.	140	UND	R\$ 26,51	R\$ 3.711,40
45	Milho verde enlatado.	Milho verde enlatado. Características: cor; sabor, odor e textura próprios do ingrediente, deverá também apresentar uniformidade de tamanho e formato, embalagem contendo 250grs.	1.980	UND	R\$ 4,50	R\$ 8.910,00
46	Mistura para bolo	Mistura para bolo, sabores variados, acondicionados em embalagens de aproximadamente 400 grs.	1.435	UND	R\$ 8,03	R\$ 11.523,05
47	Molho de alho	Molho de alho – composto de extrato de alho, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, acondicionado em embalagem pet com 900 ml, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente, limpo. Deve constar na embalagem informações conforme legislação vigente.	97	UND	R\$ 11,20	R\$ 1.086,40
48	Molho inglês	Molho inglês, preparado à base de extrato de carne, acrescido de vinagre, água, açúcar, caramelo, sal, cravo, canela e ingredientes permitidos, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas,	123	UND	R\$ 9,60	R\$ 1.180,80



		acondicionado em frasco plástico com 1 litro.				
49	Molho pronto de tomate (ketchup)	Molho pronto de tomate (ketchup) acondicionado em garrafas plásticas, cada embalagem com 400 grs.	550	UND	R\$ 7,01	R\$ 3.855,50
50	Molho pronto de tomate	Molho pronto de tomate, acondicionados em embalagens plásticas de 340g.	810	UND	R\$ 4,33	R\$ 3.507,30
51	Molho shoyu	Molho shoyu embalagem com 900 ml, molho obtido pela fermentação da soja cozida, admitindo condimentos e cereais permitindo adição de outras substâncias alimentícias.	110	UND	R\$ 16,54	R\$ 1.819,40
52	Molho Madeira	Molho Madeira embalagem com 900 ml	190	UND	R\$ 8,02	R\$ 1.523,80
53	Mostarda	Mostarda embalagem com 900 ml	230	UND	R\$ 9,81	R\$ 2.256,30
54	Pêssego em calda	Pêssego em calda, enlatado, embalagem contendo 830grs.	140	UND	R\$ 14,56	R\$ 2.038,40
55	Uvas Passa sem semente	Uvas Passas sem semente, desidratada, selecionada, de sabor e aroma característicos. com peso líquido de 100g.	230	PCT	R\$ 4,85	R\$ 1.115,50
56	Proteína de soja texturizada	Proteína de soja texturizada, embalagem de 400grs.	640	PCT	R\$ 8,78	R\$ 5.619,20
57	Queijo ralado	Queijo ralado acondicionado em embalagens plásticas contendo 50 grs	470	UND	R\$ 4,42	R\$ 2.077,40
58	Requeijão cremoso	Requeijão cremoso – ingredientes: leite desnatado, creme de leite, manteiga, cloreto de sódio (sal), fermento lácteo, estabilizantes difosfato dissódico, polifosfato de sódio e fosfato trissódico e conservadores ácido sórbico e nisina. Embalagem de 200 gramas.	350	UND	R\$ 8,29	R\$ 2.901,50
59	Sardinha em conserva	Sardinha em conserva - Composição: sardinha, óleo de soja. O produto deve estar completamente limpo, pré-cozido e pronto para o consumo. Embalagem com 125 grs.	2.070	UND	R\$ 6,35	R\$ 13.144,50
60	Vinagre de álcool	Vinagre de álcool, acondicionado em embalagem de 01 litro.	568	UND	R\$ 3,21	R\$ 1.823,28
VALOR DO LOTE 04						R\$ 364.490,91
LOTE 05						
1	Bebida láctea	Bebida láctea, tipo iogurte, sabores variados, acondicionado em garrafas plásticas contendo 01 litro.	850	LITRO	R\$ 9,01	R\$ 7.658,50
2	Preparo sólido artificial para refresco 01kg	Preparo sólido artificial para refresco, diversos sabores, acondicionados em embalagens plásticas de 01kg.	225	KG	R\$ 13,72	R\$ 3.087,00



3	Preparo sólido artificial para refresco 500g	Preparo sólido artificial para refresco, diversos sabores, acondicionados em embalagens plásticas de 500g	180	PCT	R\$ 7,11	R\$ 1.279,80
4	Refrigerante sabores variados	Refrigerante sabores variados, garrafas contendo 02 litros. (Marcas: Coca-Cola / Fanta / Kuat, Pepsi, Guaraná Antarctica).	2.000	UND	R\$ 10,55	R\$ 21.100,00
5	Suco de caixa	Suco de caixa acondicionado em embalagem de 1 litro, sabores variados	1.450	UND	R\$ 7,36	R\$ 10.672,00
6	Suco de caixinha 200ml	Suco de caixinha acondicionado em embalagem de 200ml, sabores variados, caixa contendo 27 unidades	87	CX	R\$ 50,86	R\$ 4.424,82
7	Suco líquido	Suco líquido, sabores variados natural concentrado sem açúcar, com mínimo 50% de polpa em garrafa de 500ml com 12 unid.	187	FARDO	R\$ 116,89	R\$ 21.858,43
8	Suco sabores	Suco sabores variados, acondicionados em garrafas de 01 litro.	705	UND	R\$ 11,02	R\$ 7.769,10
VALOR DO LOTE 05						R\$ 77.849,65
LOTE 06						
1	Alimento enriquecido com vitaminas e ferro (Sustagem)	Alimento enriquecido com vitaminas e ferro (Sustagem), acondicionado em embalagem de 400grs	200	UND	R\$ 61,10	R\$ 12.220,00
2	Aptamil Proexpert Pepti	Aptamil Proexpert Pepti é uma fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com proteína láctea extensamente hidrolisada. Com prebióticos (GOS/FOS), DHA e ARA, e nucleotídeos. Sugestão de marca de acordo a orientação de nutricionista, embalagem com 400 grs.	130	UND	R\$ 154,21	R\$ 20.047,30
3	Composto lácteo	Composto lácteo - embalagem com 800 grs (marca de referência Milnutri-pronatura ou similar)	550	LITRO	R\$ 67,73	R\$ 37.251,50
4	Farinha Láctea	Farinha Láctea, alimento a base de Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizantes. Contém Glúten. Acondicionado em saco laminado (tipo sachê), íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Peso líquido de 230 grs. A embalagem deverá conter externamente, os dados de identificação e procedência,	2.200	PCT	R\$ 11,14	R\$ 24.508,00



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Barra do Choça

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

CNPJ/MF n.º 13.906.789/0001-96



		informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número de registro.				
5	Formula infantil	Formula infantil para lactentes de seguimento lactentes e ou crianças da primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas especifica com restrição de lactose à base de proteína hidrolisada de arroz. Fórmula enriquecida com nucleotídeos e taurina. Nutrientes essenciais para o desenvolvimento dos bebês. Indicado para lactentes e como complemento para crianças de 0 a 36 meses. Latas de 400 gramas. Novamil rice ou similar de qualidade igual ou superior.	300	LITRO	R\$ 347,73	R\$ 104.319,00
6	Fórmula polimérica sem sabor	Fórmula polimérica sem sabor fórmula nutricionalmente completa, para crianças maiores de 01 ano de idade, normocalórica, normoproteica, em pó, com proteína de alto valor biológico e IDR para macro e micro nutrientes. Utilizada por via oral ou enteral. Isento de lactose e sem glúten. Embalagem com 400 g. Marcas de referência: Fortini ou similar de qualidade igual ou superior.	200	UND	R\$ 129,77	R\$ 25.954,00
7	Leite em caixinha 1 litro	Leite em caixinha 1 litro	5.970	UND	R\$ 6,90	R\$ 41.193,00
8	Leite apropriado para crianças menores de 06 meses	Leite apropriado para crianças menores de 06 meses, acondicionados em embalagens de 400grs	100	UND	R\$ 62,15	R\$ 6.215,00
9	Leite de fórmula infantil	Leite de fórmula infantil de seguimento à base de proteínas lácteas, indicadas para lactentes a partir do 6º mês de vida. Apresentação: lata de 400g. Sugestão de marca: aptamil 2, nestogeno 2; ou similar de igual ou superior qualidade.	100	UND	R\$ 86,77	R\$ 8.677,00
10	Leite desnatado 800 gramas	Leite desnatado 800 gramas	900	PCT	R\$ 43,46	R\$ 39.114,00



11	Leite em pó - formula infantil	Leite em pó - formula infantil hipoalergênica á base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, acrescida de LCPUFAS, ARA E DHA, indicado para crianças com alergia ao leite de vaca e/ou soja. Isenta de frutose, sacarose e glúten. Apresentação em embalagem devidamente rotulada conforme legislação vigente. Marcas de referência; Pregomin Pepti (danone) ou similar de qualidade igual ou superior. Embalagem com 400 grs.	300	UND	R\$ 147,00	R\$ 44.100,00
12	Leite em pó 1º semestre de vida	Leite em pó 1º semestre de vida, enriquecido com vitaminas e minerais, embalagem com 400 grs.	800	UND	R\$ 75,44	R\$ 60.352,00
13	Leite em pó 2º semestre de vida	Leite em pó 2º semestre de vida, enriquecido com vitaminas e minerais 400 grs.	800	UND	R\$ 67,89	R\$ 54.312,00
14	Leite em pó integral instantâneo	Leite em pó integral instantâneo pacote de 200 grs.	2.190	PCT	R\$ 10,73	R\$ 23.498,70
15	Leite em pó integral	leite em pó integral, contendo no mínimo 26% de gordura acondicionado em embalagens plásticas de 200 grs.	1.200	PCT	R\$ 12,06	R\$ 14.472,00
16	Leite em pó nutricional	Leite em pó nutricional, formulado com nutrientes essenciais para idosos 400 gramas (nutren sênior pó ou similar)	120	UND	R\$ 109,03	R\$ 13.083,60
17	Leite em pó sem Lactose	Leite em pó sem Lactose 380 gramas.	980	PCT	R\$ 29,81	R\$ 29.213,80
18	Leite Nan PRO 1	Leite Nan PRO 1 é uma fórmula infantil, que favorece as defesas imunológicas nos primeiros meses de vida. Adição de LC-PUFAS para a modulação da resposta imunológica. Embalagem com 400 grs. O Leite Nan PRO 1 é indicado para lactentes de 0 a 6 meses de idade que necessitam de uma fórmula infantil com perfil nutricional mais próximo ao leite materno (padrão de referência). Contém ingredientes que estimulam a formação de uma flora intestinal equilibrada, favorecendo as defesas naturais do lactentes. Sugestão de marca de acordo a orientação de nutricionista.	200	UND	R\$ 47,58	R\$ 9.516,00



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Barra do Choça

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
CNPJ/MF n.º 13.906.789/0001-96



19	Suplemento alimentar para crianças	Suplemento alimentar para crianças, sabores variados - 380/400 grs.	175	UND	R\$ 54,43	R\$ 9.525,25
20	Suplemento alimentar para idosos	Suplemento alimentar para idosos - Embalagem com 380/400gr.	100	UND	R\$ 84,10	R\$ 8.410,00
VALOR DO LOTE 06						R\$ 585.982,15
LOTE 07						
1	Pão de Forma - Tipo: Pão de Forma	Pão de Forma - Tipo: Pão de Forma. Composição Obrigatória - Farinha de trigo, fermento biológico, ovos, sal e água. COMPOSIÇÃO OPCIONAL - Podem conter outras substâncias alimentícias que os caracterizem desde que permitidas pela legislação e declaradas no rotulo, isentos de gorduras, trans, aditivos permitidos pela legislação exceto corantes naturais. ISENTA de corantes artificiais. Primária: Saco polietileno atóxico e resistente, constando o peso e respectiva quantidade, bem como a fabricação e validade do produto. Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto Rotulagem – Deve atender a legislação vigente. Peso líquido Pacote com 500 grs contendo 20 fatias, aproximadamente.	750	PCT	R\$ 10,22	R\$ 7.665,00



2	Pão de Forma Integral - Tipo: Pão de Forma/Integral	Pão de Forma Integral - Tipo: Pão de Forma/Integral. Composição Obrigatória - Farinha de trigo integral, fermento biológico, ovos, sal e água. COMPOSIÇÃO OPCIONAL - Podem conter outras substâncias alimentícias que os caracterizem desde que permitidas pela legislação e declaradas no rótulo, isentos de gorduras, trans, aditivos permitidos pela legislação exceto corantes naturais. ISENTA de corantes artificiais. Primária: Saco polietileno atóxico e resistente, constando o peso e respectiva quantidade, bem como a fabricação e validade do produto. Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto Rotulagem – Deve atender a legislação vigente. Peso líquido Pacote com 500 grs contendo 20 fatias, aproximadamente.	460	PCT	R\$ 11,55	R\$ 5.313,00
VALOR DO LOTE 07						R\$ 12.978,00
LOTE 08						
1	ÁGUA MINERAL, 20 litros sem o casco.	ÁGUA MINERAL, material água mineral tipo embalagem garrafão de polipropileno, sem gás, tampa, lacre. Descrição Complementar: 20 litros sem o casco.	810	GALÃO	R\$ 16,93	R\$ 13.713,30
2	ÁGUA MINERAL, 20 litros com o casco.	ÁGUA MINERAL, material água mineral tipo embalagem garrafão de polipropileno, sem gás, tampa, lacre. Descrição Complementar: 20 litros com o casco.	175	GALÃO	R\$ 45,43	R\$ 7.950,25
3	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, COPO DE 200ML	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, COPO DE 200ML - Água mineral natural sem gás; acondicionada em copo de polietileno, lacrado c/tampa aluminizada; contendo 200 ml, caixa com 48 unidades.	255	CX	R\$ 61,93	R\$ 15.792,15
4	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 500ML	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 500ML - Água mineral; natural sem gás; acondicionada em garrafa pet, tampa c/rosca e lacre; contendo 500 ml, fardo com 12 unidades	590	FARDO	R\$ 25,25	R\$ 14.897,50



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Barra do Choça

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

CNPJ/MF n.º 13.906.789/0001-96



5	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 1500ML	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 1500ML - Água mineral; natural sem gás; acondicionada em garrafa pet, tampa c/roscas e lacre; contendo 1500 ml, fardo com 6 unidades.	215	FARDO	R\$ 26,19	R\$ 5.630,85
VALOR DO LOTE 08						R\$ 57.984,05
LOTE 9						
1	Doce de banana	Doce de banana - em tablete elaborado com(trutas) banana trutas. Embalagem: deverão ser embalados individualmente, e possuir uma embalagem externa contendo 50 tabletes	351	KG	R\$ 17,63	R\$ 6.188,13
2	Paçoca de amendoim	Paçoca de amendoim - produto de boa qualidade. Embaladas individualmente. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Pote contendo 1kg	456	KG	R\$ 31,14	R\$ 14.199,84
3	Pipoca doce	Pipoca doce - Pipoca feita de milho e açúcar. Em embalagem unitária com peso de 100grs. Embalagem: fardo com 50 unidades	551	FARDO	R\$ 98,95	R\$ 54.521,45
4	Salgadinho	Salgadinho- Em embalagem unitária com peso de 100grs. Embalagem: fardo com 50 unidades	547	FARDO	R\$ 49,60	R\$ 27.131,20
5	Doce de banana - (tipo bala atum)	Doce de banana- (tipo bala atum) elaborado com as frutas banana sãs e limpas. Embalagem: deverão ser embalados individualmente e possuir uma embalagem externa totalizando 1kg.	282	KG	R\$ 29,61	R\$ 8.350,02
6	Pé de moleque	Pé de moleque - crocante, embalados individualmente, produto de boa qualidade. Embaladas individualmente. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem externa contendo 1kg	309	KG	R\$ 34,71	R\$ 10.725,39
7	Pé de moça	Pé de moça - embalados individualmente, produto de boa qualidade. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem externa contendo 1 kg	310	KG	R\$ 29,05	R\$ 9.005,50
8	Cocada de coco	Cocada de coco - embalados individualmente, produto de boa qualidade. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	314	POTE	R\$ 69,53	R\$ 21.832,42



		Embalagem externa contendo 50 unidades.				
9	Cocada de amendoim	Cocada de amendoim- embalados individualmente, produto de boa qualidade. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem externa contendo 50 unidades.	370	POTE	R\$ 27,48	R\$ 10.167,60
10	Bala de goma (jujubinha)	Bala de goma (jujubinha) - embalagens em tubos, sabores sortidos. Embalagem externa contendo 30 unidades.	375	CAIXA	R\$ 27,28	R\$ 10.230,00
11	Pirulito Sabores sortidos	Pirulito Sabores sortidos - Embalagem externa, contendo 50 unidades.	646	PACOTE	R\$ 21,96	R\$ 14.186,16
12	Bala mastigável	Bala mastigável - sabores sortidos. Embalagem externa contendo 600grs	592	PACOTE	R\$ 10,41	R\$ 6.162,72
13	Bombom Chocolate tipo Sonho de Valsa	Bombom Chocolate tipo Sonho de Valsa, Peso líquido em embalagem individual: 20g, embalagem individual: 20g.	690	PACOTE	R\$ 63,36	R\$ 43.718,40
14	Bombom Chocolate tipo Ouro Branco	Bombom Chocolate tipo Ouro Branco, Peso líquido em embalagem individual: 20g, embalagem individual: 20g.	640	PACOTE	R\$ 65,97	R\$ 42.220,80
15	Doce de goma tipo de geleia	Doce de goma tipo de geleia, pote 1 kg	134	POTE	R\$ 18,96	R\$ 2.540,64
VALOR DO LOTE 9						R\$ 281.180,27
VALOR TOTAL GERAL						R\$ 2.443.168,11

OBS. INSERIR A MARCA DE CADA ITEM**3. DA JUSTIFICATIVA GERAL DA NECESSIDADE:**

O processo é necessário para garantir suporte às atividades administrativas, institucionais e operacionais desenvolvidas pelas diversas pastas, incluindo reuniões, capacitações, eventos, ações de campo, jornadas prolongadas de trabalho, campanhas públicas e demais iniciativas promovidas pelo Município.

Os gêneros alimentícios destinam-se tanto ao apoio interno das equipes de trabalho quanto ao atendimento de usuários dos serviços públicos, especialmente nas áreas onde há atendimento contínuo à população.

A ausência de contratação regular poderá comprometer a continuidade das atividades públicas, o planejamento institucional e a eficiência na execução dos serviços municipais. Assim, a formalização do processo que visa assegurar organização, regularidade no abastecimento, economicidade e observância aos princípios da Administração Pública, garantindo condições



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Barra do Choça

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

CNPJ/MF n.º 13.906.789/0001-96



adequadas para o desenvolvimento das ações governamentais e o atendimento ao interesse coletivo.

3.1. DA JUSTIFICATIVA DE ESTIMATIVA DE PREÇO:

A estimativa para a aquisição é R\$ 2.443.168,11 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, cento e sessenta e oito reais e onze centavos) e tem por base a estimativa de preços unitários (média) contidos no mapa de preços.

3.2. DA JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE SOLICITADA:

As quantidades estimadas de cada produto foram definidas com base no histórico de consumo, nas necessidades dos programas e unidades municipais, fazendo assim uma previsão de consumo para o ano de 2026.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Barra do Choça, para exercício de 2025, na classificação abaixo:

PODER	2 PODER EXECUTIVO
ÓRGÃO	2 PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA DO CHOÇA 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BARRA DO CHOÇA. 5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BARRA DO CHOÇA;
SECRETARIA	02000 - GABINETE DO PREFEITO; 03000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO; 05000 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DES. ECONÔMICO SOCIAL; 06000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS; 07000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; 08000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; 09000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE A. SOCIAL; 10000 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS; 11000 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO; 12000 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.01.01 - GABINETE DO PREFEITO; 03.01.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO;



	05.01.01 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DES. ECONÔMICO SOCIAL; 06.01.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS; 07.01.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; 08.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 09.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE A. SOCIAL; 10.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS. 11.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO; 12.01.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO;
PROJETO / ATIVIDADE	2.021 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO; 2.026 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL; 2.035 - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB; 2.030 - QSE - QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO; 2.036 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL; 2.098 - ETI - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL; 2.004 - MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO; 2.006 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO; 2.008 - DESENVOLVER EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER COMUNITÁRIOS; 2.009 - FOMENTO AS MANIFESTAÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS; 2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; 2.015 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONÔMICO SOCIAL; 2.019 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA - ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS; 1.122 EMPREENDER AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS; 1.123 CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIVEIROS DE MUDAS; 1.124 CRIAR POLÍTICAS MUNICIPAIS DE CONSERV. E PRESERVAÇÃO DA GESTÃO DOS REC.HÍDRICOS; 2.107 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE FOMENTO AO TURISMO; 2.110 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO; 2.108 DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO; 2.114 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO; 2.112 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ESTRADAS E RODAGENS; 1.129 ABERTURA, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO. 2.082 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2.084 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR, 2.085 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2.100 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, 2.101 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC),



	2.104 - GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. 2.039 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE; 2.040 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA; 2041 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA; 2.042 - GESTÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE; 2.044 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO
FONTE	15000000 Recursos não Vinculados de Impostos; 15001001 Receitas e Transf. de Impostos - EDUCAÇÃO 25%.; 15430000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR - (30%); 15400000 - Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - (30%); 15420000 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - (30%); 15690000 - Outras Transferências de Recursos do FNDE. 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos, 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social, 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS. 15001002 - Receitas e Transf. de Impostos - SAÚDE 15%; 16000000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal, 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

6. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Os materiais, objeto deste Termo, deverão ser entregues nos locais descritos pelas secretarias do município, onde será feito um pedido a empresa antecipadamente, constando as quantidades, valores, o local de entrega e o horário.



6.2. Observando a especificações dos itens, é solicitado que os produtos perecíveis tenham validade máxima de acordo cada item e produtos não perecíveis tenha o prazo mínimo de validade de até 06 (seis) meses.

6.3. Pedidos com poucos itens deverão ser entregues no período de até 24h. Pedidos com um volume maior de itens deverão ser entregues no máximo 72h.

6.4. Será de responsabilidade da Contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do serviço prestado.

7. DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. A vigência da contratação será a partir da assinatura do contrato se estendendo até 31 de dezembro de 2026. Limitando-se aos devidos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 e 106 da Lei Federal 14.133/2021, podendo ser prorrogado por igual período nos termos do disposto no art. 107 da referida norma.

7.2. O prazo de execução dos contratos serão os mesmos da vigência contratual. Ou seja, a partir da data inicial do contrato poderá ser feitos as solicitações de pedidos.

7.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura podendo ser prorrogada por igual período, mediante termo aditivo e acordo entre as partes, nos termos do da Lei nº 14.133/2021.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. A CONTRATANTE se obriga a cumprir as condições pactuadas neste e os prazos para pagamento;

8.2. A Contratante se reserva no direito, de fiscalizar durante a vigência do contrato, a execução dos serviços ora contratados, solicitando todas as informações que julgar necessário;

8.3. Pagar conforme estabelecido, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;

8.4. Designar, no ato da assinatura deste contrato, preposto para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, com poderes plenos para gerenciar técnica e administrativamente o mesmo;



8.5. Fornecer, em tempo hábil, à CONTRATADA todos os elementos técnicos e administrativos, necessários à execução dos serviços, bem como entregar livre e desimpedidas as áreas onde serão realizados os serviços, objeto deste contrato.

8.6. A contratada deverá caso houver necessidade arcar com as despesas de hospedagem, alimentação e transporte da equipe técnica da contratada a serviço da contratante.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

a) Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

c) Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

d) Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

e) Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;

f) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.

g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



h) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

i) Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.

j) A contratada tem a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo a qualquer tempo o gestor do contrato diligenciar a apresentação de qualquer documento previsto no edital;

k) O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

l) É vedada a subcontratação da obrigação.

m) O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

9.2. REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

Esta seção define os requisitos que os gêneros alimentícios devem atender para suprir as necessidades do município de Barra do Choça - BA, considerando critérios de qualidade, segurança alimentar, regularidade no fornecimento e outros aspectos essenciais para garantir a eficiência da Administração Pública.

9.2.1. Requisitos dos Produtos

Conservação e Integridade: Os produtos devem estar em perfeitas condições para consumo, sem sinais de deterioração, contaminação, umidade excessiva ou infestação por insetos.

Validade: Os gêneros alimentícios devem ser entregues com prazo de validade adequado, garantindo o consumo seguro antes do vencimento. Produtos perecíveis devem ter um prazo mínimo que possibilite o consumo sem desperdício.

Normas Sanitárias: Todos os produtos devem atender às exigências estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e demais órgãos reguladores, garantindo a segurança alimentar.



Armazenamento e Transporte: O transporte e a armazenagem dos alimentos devem ser realizados em condições apropriadas para cada tipo de produto, evitando contaminação cruzada e mantendo a qualidade dos itens.

Diversificação: Os gêneros alimentícios a serem adquiridos devem contemplar uma ampla variedade de produtos, de modo a atender às diferentes necessidades das secretarias municipais, incluindo itens básicos e complementares.

Critérios Nutricionais: A seleção dos produtos deve levar em conta padrões nutricionais, priorizando a oferta de alimentos que contribuam para uma alimentação equilibrada e saudável, especialmente para pacientes atendidos na rede de saúde e servidores em regime de plantão.

9.2.2. Requisitos de Entrega

Periodicidade: As entregas devem ser realizadas conforme cronograma previamente estabelecido com as secretarias demandantes, garantindo o abastecimento contínuo e evitando desperdícios ou desabastecimento.

Para unidades que operam em regime de plantão, como o Hospital Municipal, a entrega poderá ser ajustada para fins de semana e feriados, conforme necessidade.

Local de Entrega: Os produtos deverão ser entregues nos locais determinados pela administração municipal, respeitando as condições adequadas de higiene e armazenamento.

Transporte e Condições de Manuseio: O transporte dos gêneros alimentícios deve ser realizado em veículos apropriados, garantindo a integridade e conservação dos produtos durante o trajeto.

Alimentos perecíveis devem ser transportados em veículos refrigerados, quando necessário, assegurando o cumprimento das normas sanitárias.

9.2.3. Critérios de Seleção da Solução (Fornecedor)

Além dos requisitos dos produtos, os seguintes critérios serão considerados na escolha da solução:

Capacidade de Fornecimento: O fornecedor deve demonstrar estrutura operacional e logística para atender à demanda do município com regularidade e eficiência.

Idoneidade Jurídica e Fiscal: A empresa deve apresentar toda a documentação necessária para comprovar sua regularidade junto aos órgãos competentes.

Histórico e Experiência: Será considerado um diferencial a experiência do fornecedor no fornecimento de gêneros alimentícios para órgãos públicos ou instituições similares.

Preço e Custo-Benefício: O preço ofertado deve estar compatível com os valores praticados no mercado, considerando a qualidade dos produtos e as condições de entrega.



Dessa forma, a definição da solução mais adequada para a aquisição de gêneros alimentícios levará em conta não apenas o fator econômico, mas também a qualidade dos produtos, a segurança alimentar, a capacidade logística dos fornecedores e a regularidade no atendimento das demandas municipais.

10. DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

10.1. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

10.2. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

10.3. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

10.4. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021,

10.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

11. DAS SANÇÕES:

11.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Barra do Choça

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
CNPJ/MF n.º 13.906.789/0001-96



- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

a) Advertência.

a.1) a sanção prevista na letra a do subitem 11.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) Multa.

b.1) A sanção prevista na letra b do subitem 11.2, será calculada na forma do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

c) Impedimento de licitar e contratar.

c.1) A sanção prevista na letra c do subitem 11.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

d.1) A sanção prevista na letra d do subitem 11.2, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do



referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida letra c do subitem 11.2, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) A sanção estabelecida na letra d do subitem 11.2, será precedida de análise jurídica.

Eric Fabiano Silva
Secretário Municipal de Administração e
Planejamento

Ricardo Amorim Gomes
Secretário Municipal de Educação

Danillo Sousa Almeida
Secretário Municipal de Saúde

Flavio Amorim Novaes
Secretário Municipal de Assistência e
Desenvolvimento Social

Pedrinho Pereira de Sousa
Secretário Municipal de Infraestrutura e
Urbanismo

Crésio Lima Junior
Secretário Municipal de Agricultura e
Desenvolvimento econômico

Alessandra Silva Santana
Secretária Municipal de Meio Ambiente e
Turismo

Thainan Santos Barros
Secretário Municipal de Estradas e
Rodagens



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

**APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA
DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2026
Processo Administrativo nº 044/2026**

O Prefeito Municipal de Barra do Choça, Estado da Bahia, em acordo com a Lei n.º 14.133/2021 Inciso II do Artigo 9 do Decreto nº 5.450 de 31 de Maio de 2005 e demais legislação pertinente, aprova o Termo de Referência oriundo do Processo Administrativo nº 208/2025, cujo o objeto é Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa visando o fornecimento de Gêneros Alimentícios em geral (Lote 01 – Alimentos Básicos; Lote 02 – Farináceos e Derivados de Milho e Trigo; Lote 03 – Biscoitos, Bolos e Panificados Industrializados; Lote 04 – Condimentos, Enlatados, Laticínios e Ingredientes Diversos; Lote 05 – Bebidas; Lote 06 – Alimentos Infantis, Fórmulas e Suplementos Nutricionais; Lote 07 – Pães; Lote 08 – Água Mineral; Lote 09 – Doces e Itens para Eventos), para atender Todas as Secretarias do Município de Barra do Choça, dentro dos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência, estabelecidas neste Edital e seus anexos..

Gabinete do Prefeito, Barra do Choça, Bahia, em 10 de abril de 2026.

OBERDAM ROCHA DIAS
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____

Ilmo. Sr. Pregoeiro:

A Empresa _____, CNPJ nº _____, sediada _____ (endereço completo) _____, propõe-se a executar o objeto conforme discriminados abaixo, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de Licitação, Termo de Referência contendo itens unitários e totais, valores, quantidades, conforme planilha abaixo:

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa visando o fornecimento de Gêneros Alimentícios em geral (Lote 01 – Alimentos Básicos; Lote 02 – Farináceos e Derivados de Milho e Trigo; Lote 03 – Biscoitos, Bolos e Panificados Industrializados; Lote 04 – Condimentos, Enlatados, Laticínios e Ingredientes Diversos; Lote 05 – Bebidas; Lote 06 – Alimentos Infantis, Fórmulas e Suplementos Nutricionais; Lote 07 – Pães; Lote 08 – Água Mineral; Lote 09 – Doces e Itens para Eventos), para atender Todas as Secretarias do Município de Barra do Choça, dentro dos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência, estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- O Critério de Julgamento será o de menor preço por lote.

- Validade da Proposta de Preços: de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Nº	ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT	UNID.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 01							
1	Açúcar cristal	Açúcar cristal acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	15.250	KG			
2	Açúcar refinado	Açúcar refinado acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	11.000	KG			
3	Açúcar refinado branco	Acucar refinado branco, em sachê individual de 5 à 8 grs caixa com 400 unidades	81	CX			
4	Arroz branco tipo 1	Arroz branco tipo 1, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	2.385	KG			
5	Arroz integral	Arroz integral- acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	630	KG			
6	Arroz parboilizado	Arroz parboilizado, classe longo fino, tipo 1, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	10.860	KG			
7	Farinha de mandioca amarela	Farinha de mandioca amarela acondicionada em embalagem plástica de 01 kg.	1.010	KG			
8	Farinha de Mandioca	Farinha de Mandioca, seca, fina, branca, tipo, acondicionada em embalagem plástica de 01 kg.	2.380	KG			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

9	Feijão carioquinha, tipo 01	Feijão carioquinha, tipo 01, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	9.480	KG			
10	Feijão fradinho, tipo 01	Feijão fradinho, tipo 01, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	2.860	KG			
11	Feijão preto, tipo 01	Feijão preto, tipo 01, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	2.020	KG			
12	Grão de bico	Grão de bico, embalagem plástica de 500 gramas de primeira qualidade, obedecendo às normas sanitárias	770	PCT			
13	Macarrão para lasanha	Macarrão para lasanha, acondicionado em embalagem plástica de 500grs.	960	PCT			
14	Macarrão tipo espagete	Macarrão tipo espagete, acondicionado em embalagem plástica com 500 gramas.	4.870	PCT			
15	Macarrão tipo parafuso	Macarrão tipo parafuso, acondicionado em embalagem plástica, contendo 500 gramas.	3.960	PCT			
16	Massa para sopa	Massa para sopa 500g - macarrão tipo sopa - massa instantânea, formato concha; ingredientes: sêmola de trigo, para sopa. O produto deverá apresentar . validade mínima de 6 meses da entrega. pacote 500g	2.035	PCT			
17	Óleo de Girassol	Óleo de Girassol: o produto deverá estar de acordo com as normas sanitárias. Embalagem primaria: frasco de 900ml; lacrado; intacto, resistente, transparentes, atóxicos; sem amassamento e vazamento.	780	UND			
18	Óleo refinado de soja	Óleo refinado de soja, sem conservantes, acondicionados em garrafas plásticas de 900ml.	2.410	UND			
19	Sal iodado refinado	Sal iodado refinado, embalagem de 01kg.	695	KG			
20	Sal Grosso	Sal Grosso, embalagem de 500g.	67	KG			
21	Tapioca em grão	Tapioca em grão 1kg	620	UND			
		VALOR DO LOTE 01					
		LOTE 02					
1	Farinha de goma peneirada	Farinha de goma peneirada, acondicionado em embalagem plástica de 01 kg.	580	KG			
2	Farinha de milho para cuscuz	Farinha de milho para cuscuz, acondicionados em embalagens de papel com 500grs.	1.500	PCT			
3	Farinha de trigo com fermento	Farinha de trigo com fermento, acondicionado em embalagem de 01 kg.	1.080	KG			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

4	Farinha de trigo sem fermento	Farinha de trigo sem fermento, acondicionado em embalagem de 01 kg.	550	KG			
5	Fubá de milho	Fubá de milho, acondicionado em embalagens plástica com 500grs.	610	PCT			
6	Fubá em flocos tipo flocão	Fubá em flocos tipo flocão pré-cozido tradicional obtido do processamento tecnológico adequado, de grãos de milho, sadios, limpos, germinados, pré-cozido e seco por processo adequado, com aspecto, cor, odor e sabor próprios, isento de sujidades, parasitos e larvas, bem como de umidades, fermentações ou ranço, embalado em saco de papel impermeável, reembalado em papel com 500 gramas.	1.260	PCT			
7	Milho desolhado	Milho vermelho desolhado, tipo 01 para canjica, acondicionado em embalagem plástica de 250grs.	1.690	PCT			
8	Milho vermelho para pipoca	Milho vermelho para pipoca, tipo 01, acondicionado em embalagem plástica de 250 grs.	1.060	PCT			
VALOR DO LOTE 02							
LOTE 03							
1	Biscoito (tipo bolacha) de sal	Biscoito (tipo bolacha) de sal em embalagem plásticas de 400 grs, cada caixa contendo 20 pacotes.	950	CX			
2	Biscoito (tipo bolacha) de sal INTEGRAL	Biscoito (tipo bolacha) de sal INTEGRAL em embalagem plásticas de 400 grs, cada caixa contendo 20 pacotes. (INTEGRAL).	256	CX			
3	Biscoito (tipo bolacha) doce (maisena) zero lactose	Biscoito (tipo bolacha) doce (maisena) zero lactose - acondicionado em embalagem plástica, dupla com 400grs.	91	CX			
4	Biscoito (tipo bolacha) doce	Biscoito (tipo bolacha) doce (maisena, coco, manteiga e leite) acondicionado em embalagem plástica, dupla com 400grs.	730	CX			
5	Biscoito de goma tipo avoador	Biscoito de goma tipo avoador (polvilho, creme de milho, creme vegetal, sal, ovo e queijo.) acondicionados em embalagem plásticas de 01 kg.	2.470	KG			
6	Biscoito de leite, (tipo rosquinha)	Biscoito de leite, (tipo rosquinha) acondicionados em embalagem plástica de 400 grs.	3.440	PCT			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

7	Biscoito salgado apresentação retangular	Biscoito salgado apresentação retangular, de 1ª qualidade, tendo como referencia club social, pit stop ou similar, caixa com 36 pacotes, em embalagem de aproximadamente 144 g, contendo 6 mini-pacotes de 24 grs.	771	CX			
8	Biscoito recheado	Biscoito recheado, sabor morango ou chocolate, acondicionada em embalagem plásticas de 120grs	630	UND			
9	Mini bolo de 40g	Mini bolo de 40g, com recheio sendo de sabores diversos, validade mínima de 6 meses, contados da data de entrega, REFERÊNCIA: Bauducco, SevenBoys ou equivalente – caixa com 16 unidades de 40 grs.	1.340	CX			
VALOR DO LOTE 03							
LOTE 04							
1	Achocolatado em pó 400g	Achocolatado em pó 400g	1.540	PCT			
2	Achocolatado em pó 1 kg	Achocolatado em pó 1 kg	665	KG			
3	Sachê de adoçante sucralose de 5 à 6 grs	Sachê de adoçante sucralose de 5 à 6 grs, caixa com 1000 unidades	45	CX			
4	Adoçante dietético	Adoçante dietético acondicionado em garrafa plástica, cada embalagem contendo 100ml.	332	UND			
5	Ameixa em caldas	Ameixa em caldas, enlatada, embalagem contendo 850grs.	260	UND			
6	Ameixa seca	Ameixa seca, sem caroço, embalagem contendo 500 grs.	260	PCT			
7	Amendoim cru sem casca	Amendoim cru sem casca, pacote 500 grs.	315	UND			
8	Amido de milho	Amido de milho, acondicionado em embalagem de 200 grs.	605	UND			
9	Aveia em flocos finos	Aveia em flocos finos, acondicionado em embalagem de 450 grs.	790	UND			
10	Azeite de dendê 500 ml.	Azeite de dendê 500 ml.	140	UND			
11	Azeite de dendê unidade de 1 litro.	Azeite de dendê unidade de 1 litro.	105	UND			
12	Azeite de oliva	Azeite de oliva, acondicionado em garrafas de vidro cada embalagem contendo 500 ml.	410	UND			
13	Azeite de oliva	Azeite de oliva, acondicionado em garrafas de vidro cada embalagem 1 litro.	203	UND			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

14	Azeitonas verdes enlatada, sem caroço	Azeitonas verdes enlatada, sem caroço, cada embalagem contendo 250grs.	1.410	UND			
15	Azeitonas verdes enlatada, sem caroço	Azeitonas verdes enlatada, sem caroço, cada embalagem contendo 1 kg.	133	KG			
16	Caldo de carne	Caldo de carne, acondicionado em embalagens de papel, caixa com 24 unidades.	77	CX			
17	Caldo de galinha	Caldo de galinha, acondicionado em embalagens de papel, caixa com 24 unidades.	62	CX			
18	Caldo de Galinha	Caldo de Galinha – Matéria prima, limpas e de boa qualidade; constituído basicamente de carne de galinha desidratada, liofilizado, sal, amido de milho, gordura vegetal, condimentos, podendo conter corante natural, em embalagem metalizada de 1 kg	52	KG			
19	Cereja em calda	Cereja em calda, enlatada, embalagem contendo 01kg.	54	UND			
20	Chocolate granulado	Chocolate granulado acondicionado em embalagem plástica, contendo 100grs.	270	UND			
21	Coco ralado desidratado	Coco ralado desidratado, acondicionados em embalagens plásticas, cada embalagem contendo 100 grs.	670	PCT			
22	Coco ralado fresco	Coco ralado fresco, acondicionados em embalagens plásticas, cada embalagem contendo 160grs.	735	PCT			
23	Cominho em pó	Cominho em pó, acondicionado em embalagem plástica, cada embalagem contendo 200 grs.	71	PCT			
24	Corante em pó	Corante em pó, acondicionado em embalagem plástica, cada embalagem contendo 200 grs.	121	PCT			
25	Creme de cebola	Creme de cebola, para preparos de carnes e sopas em geral, embalagem com 500 grs.	279	PCT			
26	Creme de chantilly	Creme de chantilly para cobertura de bolos e confecção de doces , acondicionado em embalagens de 01 litro.	171	UND			
27	Creme de chantilly	Creme de chantilly para cobertura de bolos e confecção de doces , acondicionado em embalagens de 200 ml	86	UND			
28	Creme de leite	Creme de leite embalagem tetra 200grs	2.654	UND			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

29	Cremogema	Cremogema, acondicionados em embalagens de 200 grs.	236	UND			
30	Doce de goiaba tipo (goiabada)	Doce de goiaba tipo (goiabada) acondicionados em embalagens plásticas de 01kg	296	UND			
31	Ervilha enlatada	Ervilha enlatada, embalagem contendo 170grs	590	UND			
32	Extrato de tomate	Extrato de tomate, acondicionado em copos de 190grs.	2.840	UND			
33	Fermento biológico Fresco	Fermento biológico Fresco, para confecção de bolos e pães, embalagem em tablete de 500 grs.	223	TBL			
34	Fermento seco em pó	Fermento seco em pó, acondicionado em embalagem plástica com 200grs.	278	UND			
35	Figo em calda	Figo em calda, enlatado, embalagem contendo 850grs.	49	UND			
36	Folha de louro	Folha de louro, acondicionados em embalagem plástica de 100grs.	225	UND			
37	Gelatina sem sabor	Gelatina sem sabor, acondicionado em saquinhos plásticos, contendo 20grs.	590	UND			
38	Gelatina, sabores variados	Gelatina, sabores variados, embalados em caixas de 20grs	1.640	UND			
39	Leite condensado	Leite condensado, embalagem tetra de 395grs	2.630	UND			
40	Leite de coco homogêneo	Leite de coco homogêneo, acondicionado em embalagem de vidro com 200 ml e caixa contendo 24 unidades.	229	CX			
41	Maionese acondicionada em potes plásticos	Maionese acondicionada em potes plásticos, cada embalagem contendo 500grs	925	UND			
42	Manteiga com sal	Manteiga com sal, pote com 500 grs	1.002	UND			
43	Margarina vegetal com sal	Margarina vegetal com sal, cremosa com 70% de lipídio pote com 500grs	2.253	UND			
44	Mel de Abelha	Mel de Abelha: Características gerais: 100% puro de primeira qualidade, Produto natural elaborado por abelhas a partir de néctar de flores, obedecendo às normas referentes à vigilância sanitária e Embalagens de Plástico de 500 grs.	140	UND			
45	Milho verde enlatado.	Milho verde enlatado. Características: cor; sabor, odor e textura próprios do ingrediente, deverá também apresentar uniformidade de tamanho e formato, embalagem contendo 250grs.	1.980	UND			
46	Mistura para bolo	Mistura para bolo, sabores variados, acondicionados em embalagens de aproximadamente 400 grs.	1.435	UND			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

47	Molho de alho	Molho de alho – composto de extrato de alho, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, acondicionado em embalagem pet com 900 ml, íntegro, atóxico, resistente, vedado hermeticamente, limpo. Deve constar na embalagem informações conforme legislação vigente.	97	UND			
48	Molho inglês	Molho inglês, preparado à base de extrato de carne, acrescido de vinagre, água, açúcar, caramelo, sal, cravo, canela e ingredientes permitidos, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em frasco plástico com 1 litro.	123	UND			
49	Molho pronto de tomate (ketchup)	Molho pronto de tomate (ketchup) acondicionado em garrafas plásticas, cada embalagem com 400 grs.	550	UND			
50	Molho pronto de tomate	Molho pronto de tomate, acondicionados em embalagens plásticas de 340g.	810	UND			
51	Molho shoyu	Molho shoyu embalagem com 900 ml, molho obtido pela fermentação da soja cozida, admitindo condimentos e cereais permitindo adição de outras substâncias alimentícias.	110	UND			
52	Molho Madeira	Molho Madeira embalagem com 900 ml	190	UND			
53	Mostarda	Mostarda embalagem com 900 ml	230	UND			
54	Pêssego em calda	Pêssego em calda, enlatado, embalagem contendo 830grs.	140	UND			
55	Uvas Passa sem semente	Uvas Passas sem semente, selecionada, de sabor e aroma característicos. com peso líquido de 100g.	230	PCT			
56	Proteína de soja texturizada	Proteína de soja texturizada, embalagem de 400grs.	640	PCT			
57	Queijo ralado	Queijo ralado acondicionado em embalagens plásticas contendo 50 grs	470	UND			
58	Requeijão cremoso	Requeijão cremoso – ingredientes: leite desnatado, creme de leite, manteiga, cloreto de sódio (sal), fermento lácteo, estabilizantes difosfato dissódico, polifosfato de sódio e fosfato trissódico e conservadores ácido sórbico e nisina. Embalagem de 200 gramas.	350	UND			
59	Sardinha em conserva	Sardinha em conserva - Composição: sardinha, óleo de soja. O produto deve estar completamente limpo, pré-cozido	2.070	UND			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS

		e pronto para o consumo. Embalagem com 125 grs.					
60	Vinagre de álcool	Vinagre de álcool, acondicionado em embalagem de 01 litro.	568	UND			
		VALOR DO LOTE 04					
		LOTE 05					
1	Bebida láctea	Bebida láctea, tipo iogurte, sabores variados, acondicionado em garrafas plásticas contendo 01 litro.	850	LITRO			
2	Preparo sólido artificial para refresco 01kg	Preparo sólido artificial para refresco, diversos sabores, acondicionados em embalagens plásticas de 01kg.	225	KG			
3	Preparo sólido artificial para refresco 500g	Preparo sólido artificial para refresco, diversos sabores, acondicionados em embalagens plásticas de 500g	180	PCT			
4	Refrigerante sabores variados	Refrigerante sabores variados, garrafas contendo 02 litros. (Marcas: Coca-Cola / Fanta / Kuat, Pepsi, Guaraná Antarctica).	2.000	UND			
5	Suco de caixa	Suco de caixa acondicionado em embalagem de 1 litro, sabores variados	1.450	UND			
6	Suco de caixinha 200ml	Suco de caixinha acondicionado em embalagem de 200ml, sabores variados, caixa contendo 27 unidades	87	CX			
7	Suco líquido	Suco líquido, sabores variados natural concentrado sem açúcar, com mínimo 50% de polpa em garrafa de 500ml com 12 unid.	187	FARDO			
8	Suco sabores	Suco sabores variados, acondicionados em garrafas de 01 litro.	705	UND			
		VALOR DO LOTE 05					
		LOTE 06					
1	Alimento enriquecido com vitaminas e ferro (Sustagem)	Alimento enriquecido com vitaminas e ferro (Sustagem), acondicionado em embalagem de 400grs	200	UND			
2	Aptamil Proexpert Pepti	Aptamil Proexpert Pepti é uma fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com proteína láctea extensamente hidrolisada. Com prebióticos (GOS/FOS), DHA e ARA, e nucleotídeos. Sugestão de marca de	130	UND			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

		acordo a orientação de nutricionista, embalagem com 400 grs.					
3	Composto lácteo	Composto lácteo - embalagem com 800 grs (marca de referência Milnutri-pronatura ou similar)	550	LITRO			
4	Farinha Láctea	Farinha Láctea, alimento a base de Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, leite em pó integral, vitaminas e minerais, sal e aromatizantes. Contém Glúten. Acondicionado em saco laminado (tipo sachê), íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo. Peso líquido de 230 grs. A embalagem deverá conter externamente, os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número de registro.	2.200	PCT			
5	Formula infantil	Formula infantil para lactentes de seguimento lactentes e ou crianças da primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específica com restrição de lactose à base de proteína hidrolisada de arroz. Fórmula enriquecida com nucleotídeos e taurina. Nutrientes essenciais para o desenvolvimento dos bebês. Indicado para lactentes e como complemento para crianças de 0 a 36 meses. Latas de 400 gramas. Novamil rice ou similar de qualidade igual ou superior.	300	LITRO			
6	Fórmula polimérica sem sabor	Fórmula polimérica sem sabor fórmula nutricionalmente completa, para crianças maiores de 01 ano de idade, normocalórica, normoproteica, em pó, com proteína de alto valor biológico e IDR para macro e micro nutrientes. Utilizada por via oral ou enteral. Isento de lactose e sem glúten. Embalagem com 400 g. Marcas de referência: Fortini ou similar de qualidade igual ou superior.	200	UND			
7	Leite em caixinha 1 litro	Leite em caixinha 1 litro	5.970	UND			
8	Leite apropriado para crianças menores de 06 meses	Leite apropriado para crianças menores de 06 meses, acondicionados em embalagens de 400grs	100	UND			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

9	Leite de fórmula infantil	Leite de fórmula infantil de seguimento à base de proteínas lácteas, indicadas para lactentes a partir do 6° mês de vida. Apresentação: lata de 400g. Sugestão de marca: aptamil 2, nestogeno 2; ou similar de igual ou superior qualidade.	100	UND			
10	Leite desnatado 800 gramas	Leite desnatado 800 gramas	900	PCT			
11	Leite em pó - formula infantil	Leite em pó - formula infantil hipoalergênica á base de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada, acrescida de LCPUFAS, ARA E DHA, indicado para crianças com alergia ao leite de vaca e/ou soja. Isenta de frutose, sacarose e glúten. Apresentação em embalagem devidamente rotulada conforme legislação vigente. Marcas de referência; Pregomin Pepti (danone) ou similar de qualidade igual ou superior. Embalagem com 400 grs.	300	UND			
12	Leite em pó 1º semestre de vida	Leite em pó 1º semestre de vida, enriquecido com vitaminas e minerais, embalagem com 400 grs.	800	UND			
13	Leite em pó 2º semestre de vida	Leite em pó 2º semestre de vida, enriquecido com vitaminas e minerais 400 grs.	800	UND			
14	Leite em pó integral instantâneo	Leite em pó integral instantâneo pacote de 200 grs.	2.190	PCT			
15	Leite em pó integral	leite em pó integral, contendo no mínimo 26% de gordura acondicionado em embalagens plásticas de 200 grs.	1.200	PCT			
16	Leite em pó nutricional	Leite em pó nutricional, formulado com nutrientes essenciais para idosos 400 gramas (nutren sênior pó ou similar)	120	UND			
17	Leite em pó sem Lactose	Leite em pó sem Lactose 380 gramas.	980	PCT			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

18	Leite Nan PRO 1	Leite Nan PRO 1 é uma fórmula infantil, que favorece as defesas imunológicas nos primeiros meses de vida. Adição de LC-PUFAS para a modulação da resposta imunológica. Embalagem com 400 grs. O Leite Nan PRO 1 é indicado para lactentes de 0 a 6 meses de idade que necessitam de uma fórmula infantil com perfil nutricional mais próximo ao leite materno (padrão de referência). Contém ingredientes que estimulam a formação de uma flora intestinal equilibrada, favorecendo as defesas naturais do lactentes. Sugestão de marca de acordo a orientação de nutricionista.	200	UND			
19	Suplemento alimentar para crianças	Suplemento alimentar para crianças, sabores variados - 380/400 grs.	175	UND			
20	Suplemento alimentar para idosos	Suplemento alimentar para idosos - Embalagem com 380/400gr.	100	UND			
VALOR DO LOTE 06							
LOTE 07							
1	Pão de Forma - Tipo: Pão de Forma	Pão de Forma - Tipo: Pão de Forma. Composição Obrigatória - Farinha de trigo, fermento biológico, ovos, sal e água. COMPOSIÇÃO OPCIONAL - Podem conter outras substancias alimentícias que os caracterizem desde que permitidas pela legislação e declaradas no rotulo, isentos de gorduras, trans, aditivos permitidos pela legislação exceto corantes naturais. ISENTA de corantes artificiais. Primária: Saco polietileno atóxico e resistente, constando o peso e respectiva quantidade, bem como a fabricação e validade do produto. Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto Rotulagem – Deve atender a legislação vigente. Peso liquido Pacote com 500 grs contendo 20 fatias, aproximadamente.	750	PCT			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS

2	Pão de Forma Integral - Tipo: Pão de Forma/Integral	Pão de Forma Integral - Tipo: Pão de Forma/Integral. Composição Obrigatória - Farinha de trigo integral, fermento biológico, ovos, sal e água. COMPOSIÇÃO OPCIONAL - Podem conter outras substâncias alimentícias que os caracterizem desde que permitidas pela legislação e declaradas no rótulo, isentos de gorduras, trans, aditivos permitidos pela legislação exceto corantes naturais. ISENTA de corantes artificiais. Primária: Saco polietileno atóxico e resistente, constando o peso e respectiva quantidade, bem como a fabricação e validade do produto. Secundária: Embalagem de mercado que preserve a integridade e qualidade do produto Rotulagem – Deve atender a legislação vigente. Peso líquido Pacote com 500 grs contendo 20 fatias, aproximadamente.	460	PCT			
VALOR DO LOTE 07							
LOTE 08							
1	ÁGUA MINERAL, 20 litros sem o casco.	ÁGUA MINERAL, material água mineral tipo embalagem garrafão de polipropileno, sem gás, tampa, lacre. Descrição Complementar: 20 litros sem o casco.	810	GALÃO			
2	ÁGUA MINERAL, 20 litros com o casco.	ÁGUA MINERAL, material água mineral tipo embalagem garrafão de polipropileno, sem gás, tampa, lacre. Descrição Complementar: 20 litros com o casco.	175	GALÃO			
3	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, COPO DE 200ML	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, COPO DE 200ML - Água mineral natural sem gás; acondicionada em copo de polietileno, lacrado c/tampa aluminizada; contendo 200 ml, caixa com 48 unidades.	255	CX			
4	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 500ML	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 500ML - Água mineral; natural sem gás; acondicionada em garrafa pet, tampa c/rosca e lacre; contendo 500 ml, fardo com 12 unidades	590	FARDO			



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS

5	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 1500ML	ÁGUA MINERAL SEM GÁS, GARRAFA DE 1500ML - Água mineral; natural sem gás; acondicionada em garrafa pet, tampa c/roscas e lacre; contendo 1500 ml, fardo com 6 unidades.	215	FARDO			
VALOR DO LOTE 08							
LOTE 10							
1	Doce de banana	Doce de banana - em tablete elaborado com(trutas) banana trutas. Embalagem: deverão ser embalados individualmente, e possuir uma embalagem externa contendo 50 tabletes	351	KG			
2	Paçoca de amendoim	Paçoca de amendoim - produto de boa qualidade. Embaladas individualmente. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Pote contendo 1kg	456	KG			
3	Pipoca doce	Pipoca doce - Pipoca feita de milho e açúcar. Em embalagem unitária com peso de 100grs. Embalagem: fardo com 50 unidades	551	FARDO			
4	Salgadinho	Salgadinho- Em embalagem unitária com peso de 100grs. Embalagem: fardo com 50 unidades	547	FARDO			
5	Doce de banana - (tipo bala atum)	Doce de banana- (tipo bala atum) elaborado com as frutas banana sãs e limpas. Embalagem: deverão ser embalados individualmente e possuir uma embalagem externa totalizando 1kg.	282	KG			
6	Pé de moleque	Pé de moleque - crocante, embalados individualmente, produto de boa qualidade. Embaladas individualmente. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem externa contendo 1kg	309	KG			
7	Pé de moça	Pé de moça - embalados individualmente, produto de boa qualidade. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem externa contendo 1 kg	310	KG			
8	Cocada de coco	Cocada de cocô - embalados individualmente, produto de boa qualidade. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de	314	POTE			



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

		fabricação e prazo de validade. Embalagem externa contendo 50 unidades.					
9	Cocada de amendoim	Cocada de amendoim- embalados individualmente, produto de boa qualidade. Contendo a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem externa contendo 50 unidades.	370	POTE			
10	Bala de goma (jujubinha)	Bala de goma (jujubinha) - embalagens em tubos, sabores sortidos. Embalagem externa contendo 30 unidades.	375	CAIXA			
11	Pirulito Sabores sortidos	Pirulito Sabores sortidos - Embalagem externa, contendo 50 unidades.	646	PACOTE			
12	Bala mastigável	Bala mastigável - sabores sortidos. Embalagem externa contendo 600grs	592	PACOTE			
13	Bombom Chocolate tipo Sonho de Valsa	Bombom Chocolate tipo Sonho de Valsa, Peso líquido em embalagem individual: 20g, embalagem individual: 20g.	690	PACOTE			
14	Bombom Chocolate tipo Ouro Branco	Bombom Chocolate tipo Ouro Branco, Peso líquido em embalagem individual: 20g, embalagem individual: 20g.	640	PACOTE			
15	Doce de goma tipo de geleia	Doce de goma tipo de geleia, pote 1 kg	134	POTE			
VALOR DO LOTE 10							
VALOR TOTAL GERAL							

– Dados para pagamento:

– Banco (Nome/nº):

Agência:

Conta:

– Informações para assinatura do Contrato:

– Nome:

– Cargo:

– RG:

CPF:

Telefone/Fax:

E-mail:

Local e data:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº /20...)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

O MUNICÍPIO DE BARRA DO CHOÇA-BA ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 451, Centro, CEP: 45120-000 – Barra do Choça - Ba – Bahia - inscrita no CNPJ sob n.º 13.906.789/0001-96, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo o Sr. brasileiro, agente político, com endereço residencial ànº – – Cidade – Estado – CEP nº, portador do CPF nº e da cédula de identidade nº SSP/.... **JUNTAMENTE COM OS FUNDOS MUNICIPAIS**, ora denominado ora denominado **CONTRATANTE**, e a empresa, pessoa jurídica de direito privado, Inscrito no CNPJ nº, com endereço comercial, Bahia, representado neste ato por pelo o Sr., brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº, emitido pelo SSP/....., inscrito no CPF sob o nº, com endereço na, aqui denominada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. /...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa visando o fornecimento de Gêneros Alimentícios em geral (Lote 01 – Alimentos Básicos; Lote 02 – Farináceos e Derivados de Milho e Trigo; Lote 03 – Biscoitos, Bolos e Panificados Industrializados; Lote 04 – Condimentos, Enlatados, Laticínios e Ingredientes Diversos; Lote 05 – Bebidas; Lote 06 – Alimentos Infantis, Fórmulas e Suplementos Nutricionais; Lote 07 – Pães; Lote 08 – Água Mineral; Lote 09 – Doces e Itens para Eventos), para atender Todas as Secretarias do Município de Barra do Choça, dentro dos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência, estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Termo de Referência;
 - 1.2.2. O Edital da Licitação;
 - 1.2.3. A Proposta do contratado;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

1.2.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 05 anos, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1.A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

3.3. A fiscalização do presente Contrato será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração;

3.4. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

3.5. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

3.6. O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos;

3.7. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo Contratante.

3.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.2. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O pagamento ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis do mês seguinte, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.2. A inadimplência da Contratada com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações não transfere a Contratante à responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o artigo 121, parágrafo único, da Lei Federal nº. 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____ (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. Para garantir a saúde financeira deste instrumento em casos de variação brusca de mercado ou alteração de preços pelo governo, cabe repactuação desde que comprovado tal situação e aceita pelo Contratante.
- 7.9. O reajuste e a repactuação serão realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida à prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.14. Fornecer, em tempo hábil, à CONTRATADA todos os elementos técnicos e administrativos, necessários à execução dos serviços, bem como entregar livre e desimpedidas as áreas onde serão realizados os serviços, objeto deste contrato;

8.15. Indicar o gestor do contrato e que por sua vez emitira anuência.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto deste Contrato, utilizando-se de empregados treinados, sem antecedentes criminais por improbidade ou prevaricação e de bom nível moral na prestação dos serviços em conformidade com o objeto.

9.5. Prestar esclarecimento a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, bem assim tomar providências necessárias imediatas para a correção, evitando repetição dos fatos.

9.6. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.

9.7. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes.

9.8. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução do objeto – cumprindo os prazos previstos neste instrumento, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao trabalho, demissão e outras análogas obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

9.9. Responsabilizar-se pelas despesas médicas e hospitalares com seus empregados, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, bem como dos servidores e terceiros no caso de acidentes que venham a ocorrer durante a prestação do objeto, não cabendo qualquer ônus para a administração;

9.10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Termo de Referência, devendo orientar os empregados nesse sentido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 9.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.12. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- 9.13. Realizar a prestação dos serviços em conformidade e no prazo estabelecido neste instrumento.
- 9.14. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.
- 9.15. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.17. Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou seu representante legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE.
- 9.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.21. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

10. DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 10.1. Os materiais, objeto deste Termo, deverão ser entregues nos locais descritos pelas secretarias do município, onde será feito um pedido a empresa antecipadamente, constando as quantidades, valores, o local de entrega e o horário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 10.2. Observando a especificações dos itens, é solicitado que os produtos perecíveis tenham validade máxima de acordo cada item e produtos não perecíveis tenha o prazo mínimo de validade de até 06 (seis) meses.
- 10.3. Pedidos com poucos itens deverão ser entregues no período de até 24h. Pedidos com um volume maior de itens deverão ser entregues no máximo 72h.
- 10.4. Será de responsabilidade da Contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do serviço prestado.
- 10.5. Será de responsabilidade da Contratada todos os tributos incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, ou encargos sociais, inclusive despesas com pessoal, material, equipamentos, locomoção, passagens, diárias, alimentação, estadia, frete, cargas e quaisquer outros custos similares advindos do fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa**:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo a 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de ...% a A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 11.2.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 11.2.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 11.2.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 11.2.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
 - a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 11.6. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.7. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 11.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
 - b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 12.2.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 12.2.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

- 12.2.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3. Indenizações e multas.
- 12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

PODER:

ÓRGÃO:

SECRETARIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:

PROJETO/ATIVIDADE:

ELEMENTO DE DESPESA:

FONTE DE RECURSO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

16.2. Todas as comunicações oficiais relativas ao presente contrato, inclusive publicações de atos administrativos, notificações, intimações e eventuais processos administrativos, serão realizadas exclusivamente por meio de publicação no Diário Oficial do Município, que será considerado meio hábil e suficiente de ciência às partes e todos os fins legais, sendo de responsabilidade exclusiva das partes o acompanhamento das publicações.

16.3. A contratada declara, para todos os fins, o endereço eletrônico (e-mail) _____, como meio oficial de comunicação com a Administração Municipal, responsabilizando-se por sua atualização e acompanhamento. As comunicações enviadas a este endereço serão consideradas válidas para todos os efeitos legais.” Eventuais comunicações enviadas por meios eletrônicos, como e-mail, aplicativos de mensagens ou outros, terão caráter meramente informativo e suplementar, não substituindo, sob qualquer hipótese, a comunicação oficial realizada via Diário Oficial



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

do Município e não possuindo qualquer validade jurídica para contagem de prazos ou para a produção de efeitos legais.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro do Município de Barra do Choça-Ba-Ba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

ANEXO III – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 076/2024, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto é o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa visando o fornecimento de Gêneros Alimentícios em geral (Lote 01 – Alimentos Básicos; Lote 02 – Farináceos e Derivados de Milho e Trigo; Lote 03 – Biscoitos, Bolos e Panificados Industrializados; Lote 04 – Condimentos, Enlatados, Laticínios e Ingredientes Diversos; Lote 05 – Bebidas; Lote 06 – Alimentos Infantis, Fórmulas e Suplementos Nutricionais; Lote 07 – Pães; Lote 08 – Água Mineral; Lote 09 – Doces e Itens para Eventos), para atender Todas as Secretarias do Município de Barra do Choça, dentro dos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência, estabelecidas neste Edital e seus anexos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação será feita através de processo Licitatório na modalidade Pregão no Sistema de Registro de Preços de acordo as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência, do edital de Licitação nº/20..., que é parte integrante desta Ata de Registro de Preços xxx/20..., assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Quantid	Valor	Valor
X								



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

	o	(se exigida no edital)	(se exigido no edital)		e Máxima	ade Mínima	Un	Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
TODOS	TODOS	TODAS	TODAS

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. Outros órgão ou entidades públicas federais, estaduais e municipais poderão aderir a ata no processo de carona

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período e/ou renovada (prazo e quantidade de itens) mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do edital, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO E CONTRATOS

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA – PMBC LICITAÇÃO
E CONTRATOS**

Anexo V – Cadastro de Reserva

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/____

ÓRGÃO GERENCIADOR: OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Locação de Painéis de LED para eventos em geral, em atendimento as Secretarias do Município de Barra do Choça – BA.

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 1: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 2: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____;

FORNECEDOR DO CADASTRO DE RESERVA 3: empresa _____ situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ e inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada FORNECEDOR, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliada na Rua _____, Cidade _____;

LOTE I

FORNECEDOR	ITEM